

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

23

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 321 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2026

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

As contas públicas cearenses iniciam o ano de 2026 em equilíbrio.

1 - Introdução

A situação fiscal é um importante condicionante para o desenvolvimento econômico de um país, sendo acompanhada de forma meticulosa por diversos setores da sociedade. Espera-se que o equilíbrio das contas públicas contribua para a estabilidade financeira, influencie os investimentos e permita o ente público melhor se adaptar a choques econômicos.

No Brasil, as contas públicas são, continuamente, objeto de escrutínio público, porém as contas públicas estaduais e municipais não recebem a mesma atenção que as devotadas para as finanças públicas da União. Deve-se, porém, observar que o desequilíbrio fiscal dos entes subnacionais afetará diretamente a vida dos cidadãos, dado que esse desequilíbrio poderá resultar em maior restrição a prestação de serviços públicos pelo ente afetado.

Nesse sentido, pretende-se com esse Enfoque analisar o equilíbrio orçamentário do Estado do Ceará e a disponibilidade de receitas, tanto no último bimestre como no acumulado do ano corrente. Para essa tarefa foram usados os Anexos 01 e 03 do RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária) disponíveis no site do Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro).

Deve-se mencionar, de forma explícita, que a análise da situação orçamentária bimestral não constitui um elemento conclusivo, *per se*, de deterioração fiscal estadual, devendo-se considerar tanto a evolução dos bimestres anteriores como da execução acumulada do ano. A análise bimestral, porém, fornece indícios importantes para a orientação da execução orçamentária nos bimestres seguintes.

Esse Enfoque está organizado em quatro seções, sendo a primeira essa introdução. Na segunda seção são apresentados o balanço orçamentário do Estado do Ceará, tanto bimestral como acumulado no ano, como os indicadores usados para mensurar a situação orçamentária do Ceará. Na terceira seção é apresentado o comportamento da RCL (Receita Corrente Líquida) do Ceará. Na quarta e última seção são tecidos alguns comentários conclusivos.

2 - Balanço Orçamentário¹

Para análise do equilíbrio fiscal do Estado do Ceará optou-se por utilizar alguns indicadores contábeis propostos por Lima e Diniz², que são os seguintes:

Participação da Receita Corrente (PRC): É a representatividade das receitas correntes em relação ao total arrecadado pelo Governo. Quanto mais próximo de 100 for essa relação maior a capacidade do setor público de financiar suas operações sem recorrer a capitais de terceiros.

¹ A partir dessa edição optou-se por deduzir, para as informações do ano de 2019, os valores das transferências constitucionais para os municípios das receitas correntes e tributária como das despesas correntes. Essa decisão é justificada pelo fato dessa informação ter sido excluída do Anexo 1 do RREO a partir do ano de 2022.

² LIMA, Severino C., DINIZ, Josenildo A.. Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental. 1º Edição, 2º reimpr., São Paulo: Atlas. 2016.

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

23

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 321 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2026

$$PRC = 100 * \frac{ReceitaCorrente}{ReceitaOrçamentáriaTotal}$$

Participação da Despesa Corrente (PDC): Relação entre a despesa corrente e a total, revela o quanto dos gastos totais é comprometido com despesas operacionais destinadas a manutenção do ente público. Um valor próximo de 100 indica que a maior parte do gasto público está comprometida com seu funcionamento e operacionalização, comprometendo a capacidade de investimento do ente público.

$$PDC = 100 * \frac{DespesaCorrente}{DespesaOrçamentáriaTotal}$$

Resultado da Execução Orçamentária (REO): Relação entre a receita e a despesa executada. Permite identificar se o governo está apresentando resultado *superavitário* (quando seu valor for maior que 100), *deficitário* (quando menor que 100) ou em equilíbrio (igual a 100).

$$REO = 100 * \frac{ReceitaRealizada}{DespesaExecutada}$$

Cobertura de Custeio (CC): Relação entre as receitas e despesas correntes, quanto menor for esse indicador menor a capacidade do governo de ampliar os serviços prestados à população, comprometendo sua capacidade de investimento. Dessa forma valores mais altos indicam uma melhor condição financeira do ente público.

$$CC = 100 * \frac{ReceitaCorrente}{DespesaCorrente}$$

Capacidade de Geração de Poupança (CGP): Esse indicador é usado para mensurar a capacidade do setor público de entregar resultado operacional positivo, implicando em sua capacidade de financiar seus investimentos com recursos próprios. Deve-se ressaltar que valores negativos podem ser resultado da aplicação de reservas financeiras acumuladas anteriormente, não significando uma execução desfavorável.

$$CGP = 100 * \frac{ReceitaCorrente - DespesaCorrente}{ReceitaCorrente}$$

Resultado Nominal (RN): Esse indicador também é conhecido como a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP). Resultados positivos sinalizam que a dívida pública está diminuindo e resultados negativos sinalizam o seu crescimento. Deve-se mencionar que o indicador tratado nesse Enfoque é diferente daquele apresentado no Anexo 06 do RREO.

$$RN = ReceitaOrçamentária - OperaçõesdeCrédito - DespesaOrçamentária$$

Regra de Ouro (RO): Nesse indicador busca-se identificar se os recursos das operações de crédito estão sendo usados para financiar gastos correntes. Pela fórmula de seu cálculo percebe-se que valores menores que 0 representam uma situação orçamentária favorável. Deve-se ressaltar que a Regra de Ouro calculada nesse Enfoque difere daquela apresentada no Anexo 09 do RREO, em que são deduzidos alguns incentivos fiscais a contribuintes.

$$RO = OperaçõesdeCrédito - DespesasdeCapital$$

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

23

GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 321 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2026

2.1 - No Bimestre

Para analisar a execução orçamentária do Estado do Ceará foram usados os dados contantes no Anexo 01 - Balanço Orçamentário do RREO presentes nos relatórios do SICONFI. Dessa forma apresenta-se na Tabela 1 as informações do primeiro bimestre do ano corrente, do ano imediatamente anterior e do ano de 2022. A escolha desse último ano foi motivada pela intenção de identificar possíveis mudanças de médio prazo.

Assim analisando-se a Tabela 1, em que são apresentados os dados agregados de despesas e receitas do primeiro bimestre, a primeira informação relevante é que as receitas correntes respondiam, nos três anos em análise, por mais de 95% das receitas orçamentárias do Estado do Ceará. Observa-se, adicionalmente, que as receitas correntes do primeiro bimestre cresceram 24,86%, entre 2022 e 2026, e 4,58%, entre 2025 e 2026.

O desempenho das receitas correntes, mencionado no parágrafo anterior, foi influenciado, positivamente, pela dinâmica das transferências correntes que apresentaram incremento de 25,90%, de 2022 a 2026, e 5,53%, entre 2025 e 2026. Já as receitas de impostos e taxas, entre os anos de 2022 e 2026, cresceram 16,27% e 2,68%, entre os anos de 2025 e 2026. Como consequência do pior desempenho das receitas de impostos, entre 2022 e 2026, observa-se que sua participação nas receitas orçamentárias foi reduzida de 43,56%, em 2022, para 40,72%, em 2026, ou seja, houve redução na capacidade de financiar os gastos estaduais com recursos próprios (impostos e taxas).

Já as receitas de capital apresentaram, entre os anos de 2022 e 2026, crescimento de 9,63%. Destacando-se, entre elas, o incremento de 401% das transferências de capital. Já operações de crédito apresentaram significativa redução, entre 2025 e 2026, de 37,34%.

ENFOQUE ECONÔMICO



Nº 321 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2026

Tabela 1: Execução Orçamentárias do Governo do Estado do Ceará no Bimestre (R\$ 1.000.000 de 12/2025)

Conta	2022	AV	2025	AV	2026	AV	Δ (%) 2026/2022	Δ (%) 2026/2025
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.046,99	100,00	7.306,38	100,00	7.520,16	100,00	24,36	2,93
RECEITAS CORRENTES	5.848,21	96,71	6.982,35	95,57	7.302,23	97,10	24,86	4,58
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.633,87	43,56	2.982,40	40,82	3.062,36	40,72	16,27	2,68
CONTRIBUIÇÕES	110,13	1,82	130,24	1,78	199,24	2,65	80,91	52,97
RECEITA PATRIMONIAL	149,37	2,47	176,49	2,42	201,26	2,68	34,74	14,03
RECEITA DE SERVIÇOS	23,73	0,39	126,30	1,73	55,95	0,74	135,82	-55,70
RECEITA AGROPECUÁRIA	N/A	N/A	0,00	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.841,55	46,99	3.389,95	46,40	3.577,55	47,57	25,90	5,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89,57	1,48	176,96	2,42	205,88	2,74	129,87	16,34
RECEITAS DE CAPITAL	198,79	3,29	324,04	4,43	217,93	2,90	9,63	-32,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	197,19	3,26	311,76	4,27	195,34	2,60	-0,94	-37,34
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	N/A	N/A	8,68	0,12	8,39	0,11	N/A	-3,39
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	N/A	N/A	6,19	0,08	177.758,38	N/A
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1,60	0,03	3,59	0,05	8,02	0,11	401,29	123,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	N/A	N/A	2.803,31	38,37	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	3.984,45	100,00	5.543,37	100,00	5.562,97	100,00	39,62	0,35
DESPESAS CORRENTES	3.602,75	90,42	4.970,57	89,67	5.079,96	91,32	41,00	2,20
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.435,23	61,12	3.019,58	54,47	3.214,73	57,79	32,01	6,46
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	106,35	2,67	317,59	5,73	234,20	4,21	120,22	-26,26
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.061,16	26,63	1.633,40	29,47	1.631,03	29,32	53,70	-0,14
DESPESAS DE CAPITAL	381,70	9,58	572,80	10,33	483,00	8,68	26,54	-15,68
INVESTIMENTOS	110,69	2,78	235,70	4,25	233,32	4,19	110,78	-1,01
INVERSÕES FINANCEIRAS	2,13	0,05	15,88	0,29	3,66	0,07	72,28	-76,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	268,88	6,75	321,23	5,79	246,02	4,42	-8,50	-23,41

Fonte: STN/siconfi, Anexo 01 RREO. Elaboração Própria.
Atualizado pelo IPCA.

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

23

GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 321 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2026

Em relação as despesas, que também são apresentadas na Tabela 1, conta-se que, nos três anos em análise, as despesas correntes representavam mais de 89% das despesas orçamentárias. Outra informação relevante, encontrada na Tabela 1, é o crescimento de 41,00%, entre 2022 e 2026, e 2,20%, entre 2025 e 2026, das despesas correntes. É importante destacar que o crescimento do período mais recente foi inferior ao da receita corrente, mencionado anteriormente.

Entre as despesas correntes o crescimento de 32,01% do gasto com Pessoal, entre os anos de 2022 e 2026, chama a atenção, pois é inferior ao verificado nas despesas correntes e mencionado no parágrafo anterior. Já o desempenho dos investimentos, especialmente quando a referência for o ano de 2022, destaca-se positivamente, tendo crescido 110,78%.

Os resultados dos indicadores financeiros e fiscais do primeiro bimestre, que foram citados anteriormente, são apresentados na Tabela 2. Inicialmente deve-se mencionar que tanto os indicadores de Participação das Receitas Correntes (PRC) como das Despesas Correntes (PDC) coíndidem com a análise vertical da Tabela 1, assim, constata-se facilmente que as receitas correntes, nos três anos em questão, respondem por parcela expressiva das receitas estaduais.

Tabela 2: Indicadores de Sustentabilidade Orçamentária no Bimestre (R\$ 1.000.000 de 12/2025)

Conta	2022	2025	2026
PRC	96,71	95,57	97,10
PDC	90,42	89,67	91,32
REO	151,76	131,80	135,18
CC	162,33	140,47	143,75
CGP	38,40	28,81	30,43
RN	1.865,36	1.451,25	1.761,85
RO	-184,52	-261,03	-287,67

Fonte: STN/siconfi. Elaboração Própria.
Atualizado pelo IPCA.

O indicador de Resultado da Execução Orçamentária (REO) e o indicador de Resultado Nominal (RN), do primeiro bimestre de 2026, evidenciam que a execução orçamentária foi *superavitária*. O indicador de Cobertura de Custeio (CC) explicita que as receitas correntes, em 2026, estão maiores do que as despesas correntes, entretanto, observa-se que o indicador da Regra de Ouro (RO) apresentou valor negativo, as operações de crédito eram inferiores as despesas de capital. Dessa forma, pode-se concluir que há evidências que apontam para o equilíbrio das contas públicas cearenses no primeiro bimestre de 2025.

Entretanto, deve-se mencionar que o equilíbrio orçamentário bimestral deve ser interpretado com algum cuidado, dado que é um resultado conjuntural, sendo necessário uma análise do acumulado no ano para que se possa ter uma melhor ideia do desenvolvimento da política fiscal estadual, tornando necessário o acompanhamento das contas públicas ao longo do ano.

3 - RCL

Para complementar a análise do balanço orçamentário do Estado optou-se por apresentar a versão resumida do demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Estado, constante no Anexo 03 do RREO. Porém, deve-se alertar que as informações desse Anexo não podem ser comparadas diretamente com as do Anexo 01, que foi utilizado na análise do equilíbrio orçamentário, dado que as informações de receitas desse último relatório já estão líquidas das deduções.

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

23

GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 321 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2026

3.1 - No Bimestre

Dessa forma são apresentadas, na Tabela 5, as informações da RCL do primeiro bimestre dos anos de 2022, 2025 e 2026. Observa-se, na referida Tabela, que a RCL do estado do Ceará cresceu, entre 2022 e 2026, 22,93% e 2,99%, entre 2025 e 2026.

O desempenho da RCL é justificado, principalmente, pelo comportamento verificado na rubrica transferências correntes, que cresceram 25,06%, entre 2022 e 2026, e 5,14%, entre 2025 e 2026.

Em relação ao ICMS percebe-se, ainda na Tabela 5, que as receitas no primeiro bimestre de 2025 estavam 12,40% acima daquelas arrecadadas em 2022 e 2,97% maior que as verificadas em 2026.

Tabela 5: RCL do Governo do Estado do Ceará no Bimestre(R\$ 1.000.000 de 12/2025)

Conta	2022	2025	2026	Δ (%) 2026/2022	Δ (%) 2026/2025
RECEITAS CORRENTES (I)	8.219,87	9.507,43	9.909,42	20,55	4,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.477,42	4.887,47	5.032,44	12,40	2,97
ICMS	3.382,02	3.465,80	3.620,57	7,05	4,47
IPVA	702,50	829,40	860,93	22,55	3,80
ITCD	23,21	63,08	19,97	-13,98	-68,34
IRRF	181,16	329,62	334,28	84,52	1,41
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	188,53	199,58	196,68	4,32	-1,45
Contribuições	110,15	130,30	199,67	81,27	53,23
Receita Patrimonial	150,01	177,58	201,96	34,64	13,73
Rendimentos de Aplicação Financeira	147,12	166,84	198,08	34,65	18,73
Outras Receitas Patrimoniais	2,89	10,74	3,88	34,25	-63,87
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
Receita de Serviços	23,80	127,34	56,04	135,42	-55,99
Transferências Correntes	3.368,49	4.006,61	4.212,67	25,06	5,14
Cota-Parte do FPE	2.535,98	2.937,25	3.084,43	21,63	5,01
Transferências da LC nº 61/1989	11,39	7,25	8,79	-22,83	21,27
Transferências do FUNDEB	625,40	757,75	824,71	31,87	8,84
Outras Transferências Correntes	195,71	304,36	294,74	50,60	-3,16
Outras Receitas Correntes	90,00	178,12	206,64	129,61	16,01
DEDUÇÕES (II)	2.453,18	2.624,54	2.820,63	14,98	7,47
Transferências Constitucionais e Legais	1.163,39	1.271,27	1.327,90	14,14	4,45
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	110,15	130,28	198,71	80,40	52,52
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	0,00	3,68	22,56	0,00	513,41
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,18	11,09	17,60	9.682,59	58,64
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.179,46	1.208,21	1.253,88	6,31	3,78
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.766,69	6.882,89	7.088,79	22,93	2,99
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,36	0,14	0,56	56,16	309,88
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	5.766,33	6.882,75	7.088,23	22,92	2,99
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	5,15	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	5.766,33	6.882,75	7.083,08	22,84	2,91

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

23

GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 321 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2026

Conta	2022	2025	2026	Δ (%) 2026/2022	Δ (%) 2026/2025
-------	------	------	------	---------------------------	---------------------------

Fonte: STN/siconfi, Anexo 03 RREO. Elaboração Própria.
Atualizado pelo IPCA.

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

23

GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 321 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2026

4 - Sumário

1. O Estado do Ceará apresentou, no primeiro bimestre de 2026, evidências de que suas contas estão em equilíbrio. Entretanto deve-se ressaltar que, comparativamente a 2022, as despesas correntes cresceram mais do que as receitas correntes;
2. Considerando-se apenas o resultado bimestral conta-se que o primeiro bimestre de 2026 apresentou sinais de sustentabilidade fiscal, dado que os indicadores de Resultado Nominal e Resultado da Execução Orçamentária apresentaram resultados que evidenciam a situação de *superavit* fiscal;
3. As receitas de transferências cresceram significativamente, no período 2022 a 2026, contribuindo para a redução da independência tributária do Estado do Ceará;
4. A principal despesa é a de pessoal, cujo crescimento, entre os anos de 2022 e 2026, foi inferior ao observado nas despesas correntes;
5. Quanto ao desempenho dos investimentos, especialmente quando a referência for o ano de 2022, o destaque é positivo, tendo crescido acima de 100%.
6. Os indicadores utilizados no trabalho, de uma forma geral, apontam à sustentabilidade orçamentária do Estado do Ceará no início do ano de 2026.

Governador do Estado do Ceará

Elmano de Freitas da Costa

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Jade Afonso Romero

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Alexandre Sobreira Cialdine – Secretário

Sidney dos Santos Saraiva Leão – Secretário Executivo de Políticas Estratégicas para Liderança

José Garrido Braga Neto – Secretário Executivo de Gestão e Governo Digital

Naiana Corrêa Lima Peixoto – Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento

Antônio Roziano Ponte Linhares - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Alfredo José Pessoa de Oliveira

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

José Meneleu Neto

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

José Fábio Bezerra Montenegro

Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

ENFOQUE ECONÔMICO – Nº 321 – Maio/2026

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Título:

Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2026

Elaboração:

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas)